

Conflitos e violências na escola: um tema de urgência para as pesquisas sobre educação escolar no Brasil

Boris Maia¹

O presente dossiê, Administração de conflitos e práticas educativas no Brasil contemporâneo, vem contribuir para um debate urgente que se impôs no campo dos estudos acadêmicos sobre educação no Brasil. Desde o primeiro balanço sobre as pesquisas interessadas na interseção entre violência e escola no país (Sposito, 2001), sabe-se que esse é um campo pouco explorado em relação ao potencial que tem como fonte de explicação da dinâmica escolar e de diversos problemas que afligem o sistema educacional brasileiro, como evasão escolar, absenteísmo escolar, distorção idade-série, baixo nível de aprendizagem, entre outros encontrados em praticamente todos os estados da Federação.

Se podemos dizer que os conflitos e as violências estão presentes desde sempre em instituições escolares (Ariès, 1981), também é importante ressaltar que a conjuntura atual constitui um momento crítico de manifestação do fenômeno no Brasil. Nas últimas duas décadas, a violência escolar foi se intensificando no país com o aumento das agressões físicas e verbais, e nos últimos anos com a ocorrência de episódios de violência extrema, com atentados e ataques armados às escolas que, desde o ano de 2002, já somam ao menos 36 casos, incluindo dezenas de mortos e mais de uma centena de feridos (Santos; Oliveira, 2023). Soma-se ainda a essa conjuntura o contexto de pós-pandemia, no qual a retomada das aulas presenciais a partir do ano de 2022 tem sido acompanhada de uma intensificação dos relatos e registros de violência escolar por todo o país, potencializada também pelos danos à saúde mental de estudantes e profissionais da educação observados durante o período de pandemia. Portanto, se não é novidade que a administração de conflitos escolares é parte da tarefa cotidiana dos profissionais da educação (Maia; Filpo; Veríssimo, 2019; Maia; Filpo; Monteiro; Veríssimo, 2021), as circunstâncias atuais do exercício dessa atividade colocam desafios novos e ainda pouco discutidos entre os próprios profissionais das escolas, pelos formuladores de políticas públicas e mesmo no âmbito dos acadêmicos interessados na temática.

¹ Doutorado em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense, Brasil (2019)
Professor do Magistério Superior da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

No âmbito do Poder Público, algumas iniciativas têm sido implementadas nas últimas décadas para tentar – embora muitas não passem de tentativas frustradas – prevenir, controlar e documentar os casos de violência escolar. Diversos estados e municípios adotaram políticas voltadas para a prevenção da violência escolar influenciadas pelo modelo da UNESCO implementado, inicialmente, no Estado do Rio de Janeiro no início da década de 2000, e centrado na ideia de difundir nas escolas e entre os jovens uma “cultura de paz” (Abramovay, 2001). Esse movimento foi também crescendo em função da aprovação de legislações em âmbito federal, estadual e municipal, sobre questões relacionadas à violência contra crianças e adolescentes, tanto na escola como fora dela. No âmbito federal, por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying), aprovadas respectivamente em 1990 e em 2015, preveem a adoção de medidas para a contenção da violência escolar. Já em nível estadual, várias unidades federativas, como São Paulo, Santa Catarina e Rio de Janeiro, têm implementado mais recentemente sistemas de registro das ocorrências escolares, embora as informações registradas sejam, em geral, pouco ou nada transparentes, mesmo para os próprios profissionais da educação que poderiam delas tirar proveito para seu planejamento cotidiano. Na mesma direção, em agosto de 2023 foi criado pelo governo federal o Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas (SNAVE), concebido para operar em articulação com estados e municípios. Ainda que os resultados de tais políticas sejam incertos, abre-se com tais iniciativas um universo de dados potenciais que podem ser úteis para a reflexão sobre conflitos e violências escolares.

Por outro lado, a percepção de um aumento da insegurança na escola deu ensejo a políticas públicas educacionais que apostam na punição e na repressão como soluções para remediar os casos de violência e indisciplina estudantil. Projetos de militarização das escolas públicas e a alocação de policiais e guardas municipais nas escolas têm se tornado cada vez mais comuns, transferindo parte da responsabilidade dos profissionais da educação em administrar os conflitos para agentes de segurança externos que passam a se tornar parte do cotidiano das instituições escolares. Além disso, a estrutura física das escolas passa por transformações, com a instalação de câmeras, a construção de muros, portões dividindo setores da escola, grades nas janelas, entre outros dispositivos de controle que fazem com que essas instituições caminhem no sentido do que Shedd

(2015), pensando no contexto escolar estadunidense, chamou de um *aparato carcerário universal*. Sobre tais políticas, ficam três perguntas: que tipo de socialização sobre a vida em comum essas instituições oferecem aos estudantes? Que subjetividades essas políticas passam a forjar nas crianças e jovens através de uma nova rotina escolar? Como essas práticas de controle impactam os casos de conflitos e violência nas escolas? As pesquisas acadêmicas de cunho mais qualitativo podem responder a essas e outras questões que tratam dos processos e experiências vividas no contexto escolar associados à vitimização de estudantes e profissionais da educação. Como defendem Astor e Benbenishty (2005), a vitimização escolar pode ser entendida como uma forma específica de violência interpessoal, vinculada ao contexto, e que deve ser tratada separadamente da vitimização ocorrida em outros espaços sociais. Isso porque a influência dos contextos externos é mediada e diretamente afetada pelo contexto interno da escola. Assim, por exemplo, determinadas formas de administração dos conflitos podem reforçar a prevalência de violência na escola.

Tal constatação implica na necessidade de que novos e antigos conflitos e violências escolares, e suas formas de administração, sejam objeto de atenção por parte dos pesquisadores interessados em educação no país, considerando que a atual conjuntura parece ter agravado o nível de conflitualidade social nas escolas. Portanto, trata-se não mais de um tema relevante ou importante, mas sim de um tema urgente no campo dos estudos sobre educação no país, que a revista Campo Minado muito acertadamente coloca em evidência com a publicação de seu mais recente volume.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Miriam. *Escolas de paz*. Brasília: UNESCO, 2001.
- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- ASTOR, R.; BENBENISHTY, R. *School violence in context: Culture, neighborhood, family, school, and gender*. Oxford University Press on Demand, 2005.
- MAIA, B.; FILPO, K. P. L.; VERISSIMO, M. (Org.). *Administração de conflitos no espaço escolar: estudos interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.
- MAIA, B.; FILPO, K. P. L.; MONTEIRO, P.; VERISSIMO, M. (Org.). *Administração de conflitos no espaço escolar: estudos interdisciplinares II*. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.

SANTOS, C; OLIVEIRA, L. *Mapeamento dos ataques às escolas no Brasil: a questão do ódio e da violência extrema contra as comunidades escolares*. Salvador: El Coyote, 2023.

SHEDD, Carla. *Unequal city: Race, schools, and perceptions of injustice*. Russell Sage Foundation, 2015.

SPOSITO, Marília Pontes. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. *Educação e pesquisa*, v. 27, p. 87-103, 2001.